

JORNAL DO SINDISEAB

UM JORNAL EM DEFESA DA CIDADANIA, DO SERVIÇO PÚBLICO E DOS SERVIDORES

SINDICATO
ESTADUAL
DOS SERVIDORES
PÚBLICOS
DA AGRICULTURA,
MEIO AMBIENTE,
FUNDEPAR E
AFINS

CALOTE

Servidores do Meio Ambiente voltam à mobilização



Enquanto distribui verbas **CONTRATANDO COMISSIONADOS**, o governo Beto Richa alega não ter dinheiro para pagar o reajuste da GEEE.

Os servidores do Sistema SEMA, que **SUSPENDERAM A GREVE** confiando que a aprovação da Lei da GEEE garantiria o reajuste, estão indignados e voltam à **MOBILIZAÇÃO**.

EM 13 DE MARÇO,

o Sistema SEMA de Curitiba realiza **ATO PÚBLICO E ASSEMBLEIA GERAL** para definir as estratégias da categoria. **PÁGINA 04.**

E MAIS:

PÁGINA 03

- Fórum de Servidores define pauta de reivindicações.
- Limite prudencial estourou, mas governo quer mais comissionados!

PÁGINA 06

- Saúde - governo ainda não apresentou cálculos do novo modelo.
- Saiba como participar das Conferências do Meio Ambiente.

PÁGINA 07

- Governo quer mudar a lei de insalubridade e periculosidade.

PÁGINA 08

- Coletivo de Aposentados volta ao trabalho.
- Sindicato ganha mais uma ação judicial

Edital de Convocação

A Direção Estadual do SINDISEAB – Sindicato Estadual dos Servidores da Agricultura, Meio Ambiente, Fundepar e Afins, no uso de suas atribuições legais e em atendimento às disposições estatutárias, convoca todos os seus associados para participarem da Assembleia Geral Extraordinária (AGE), que se realizará no dia 15 de março de 2013, sexta-feira, às 08h30 em primeira convocação, e às 09h00 em segunda convocação, no Hotel Condor, na Avenida Sete de Setembro, nº 1866 – Centro

– Curitiba – PR, com a finalidade de debater e deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

- 1 - Análise de conjuntura;
- 2 - Discussão e aprovação da pauta das reivindicações e plano de lutas 2013 para negociação coletiva com os entes públicos da base sindical e com o Governo Estadual;
- 3 - Apresentação e deliberação sobre a prestação de contas do período de janeiro a dezembro de 2012;
- 4 - Instauração do processo eleitoral com a es-

colha da Comissão Eleitoral Estadual, designação de data da eleição, duração do pleito eleitoral e demais assuntos pertinentes ao tema.

Cumpra-se!

Curitiba, 27 de fevereiro de 2013.

Elci Terezinha Veiga Costa
Presidente do SINDISEAB
Gestão 2010-2013

Momento decisivo

Chegou a hora de decidirmos os novos caminhos do sindicato. Para o nosso I Encontro Estadual do SINDISEAB, marcado para o dia 15 de março, temos quatro grandes resoluções a tomar:

1 - A principal é quanto à nova Diretoria do SINDISEAB. As eleições devem ocorrer nos próximos meses. A data exata e a comissão eleitoral devem ser decididas no Encontro Estadual. É importante que os colegas que queiram tomar a frente da nossa entidade sindical estejam presentes no evento.

2 - Outro ponto fundamental é a nossa data base. O FES reivindica o mesmo índice do salário mínimo regional, estimado em 12,15%, mais o 1% do desconto do Fundo Financeiro que será cobrado a mais dos servidores com a alteração da Lei da ParanaPrevidência. A Campanha Salarial começa já e termina em maio.

3 - Cadê a nossa GEEE? Os servidores do Meio Ambiente estão indignados com a fal-

ta de compromisso do governo Beto Richa. Chegamos no limite do cheque especial, do descaso e da enrolação. Ao mesmo tempo que o governo diz não ter dinheiro para implantar o reajuste, que está atrasado há três meses, abre os cofres para criar novas secretarias e aumentar os cargos comissionados acima dos limites constitucionais.

4 - Resgatar a campanha o “Meio Ambiente na UTI”, lançada em setembro. Embora o governador tenha autorizado a reposição de 249 servidores para o Sistema Sema, em outubro, até agora somente os 42 novos cargos comissionados foram chamados. Em 2014, o quadro de funcionários do IAP vai contar com somente 268 servidores. Vamos continuar nesse impasse? O que será da nossa instituição? De que valem os concursos públicos se os apadrinhados são contratados com altos salários e nós continuamos a ter dificuldades em obter uma ascensão na carreira?

Temos ainda inúmeros pontos a discutir no nos-

so encontro. A lista dos nossos desafios para 2013 construída pela diretoria está na página 05, confira. Se notar a falta de algum item, traga para o Encontro Estadual.

Mobilização sempre é o caminho

Da nossa história, uma certeza podemos ter: todas as conquistas são suadas. Todas as vezes que o governo atendeu às nossas reivindicações, foram à base de mobilização, paralisação e luta! Somos fortes, quando unidos!

A hora de decidir os rumos da nossa história é no dia 15 de março. Contamos com a presença de todos.

Vamos à luta!

“Um dia quando olhares para trás verás que os dias mais belos foram aqueles em que lutaste.”

Sigmund Freud



• FONE/FAX: (41) 3253.6328
 • E-MAIL: sindiseab@sindiseab.org.br
 • SITE: www.sindiseab.org.br

EXPEDIENTE

JORNAL DO SINDISEAB | Órgão de divulgação do Sindicato Estadual dos Servidores Públicos da Agricultura, Meio Ambiente, Fundepar e Afins. **Endereço:** Rua Dr. Manuel Pedro, 729 - Cabral - Curitiba/PR - CEP 80035-030 | **Fone/Fax:** (41) 3253.6328 | **E-mail:** sindiseab@sindiseab.org.br | **Site:** www.sindiseab.org.br | **Jornalista Responsável:** Cláudia Maria de Moraes (MTB 3186) **e-mail:** jornalismo@sindiseab.org.br | **Projeto gráfico e diagramação:** Excelência Comunicação | **Tiragem:** 3.000 exemplares | **Impressão:** Mega Gráfica Editora (3598.1113) | **Distribuição Gratuita e Dirigida** | Os artigos não assinados são de responsabilidade da Diretoria.

DIRETORIA EXECUTIVA ESTADUAL: **Presidente:** Elci Terezinha Veiga Costa (IAP/Ponta Grossa). **Vice-Presidente:** Antoninho Fontanella (Seab/Francisco Beltrão). **Secretária Geral:** Carmem Terezinha Leal (Sema/Curitiba). **1º Secretário:** Jean Carlos Helferich (IAP/Curitiba). **2º Secretário:** Roberto Carlos Prazeres de Andrade Silva (Seab/Curitiba). **Tesoureira Geral:** Maria Auxiliadora Fernandes (BPPR/Curitiba). **1º Tesoureiro:** Izaias Alves Pereira (Sema/Curitiba). **Conselho Fiscal | Titulares:** Heitor Rubens Raymundo (IAP/Curitiba), Mario do Rocio Kulyk (IAP/Francisco Beltrão), Milton Vasconcelos Guedes (Seab/Curitiba).

Na primeira reunião do ano, Fórum define reivindicações para 2013

A análise geral é que o governo não tem cumprido totalmente suas promessas com os servidores das diversas categorias.



CERCA DE 30 DIRIGENTES DE 11 SINDICATOS COMPARECERAM AO PLANEJAMENTO DO FES.

Ao mesmo tempo que o governo alega ter dificuldades em negociar por conta do limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal, continua a multiplicar os cargos comissionados (leia matéria abaixo). Esta foi a conclusão do Fórum das Entidades Sindicais dos Servidores Públicos Estaduais (FES) que passou o dia 20 de fevereiro fazendo uma análise política do governo estadual e definindo as ações para o ano.

Cada entidade terá que reivindicar individualmente suas pautas específicas e repassar aos demais sindicatos, mas a união e luta conjunta, por meio do FES, vai continuar. O FES realizou a primeira reunião com a Secretária de Estado da Administração e da Previdência, Dinorah Nogara, no dia 05 de março. Nova na pasta, Dinorah prometeu estudar a pauta do FES para depois se posicionar. A próxima reunião ficou agendada para o dia 09 de abril.

Pauta de reivindicações do FES

- Data Base e reposição salarial
- Concursos Públicos
- Benefícios Sociais / Vale transporte
- Novo Modelo de Saúde (para substituir o SAS)
- Atendimento integral à Saúde do Trabalhador
- Anteprojeto 02/2013 (periculosidade/insalubridade)
- Defesa da ParanaPrevidência
- Enquadramento

Governo extrapola limite prudencial

O secretário da Fazenda, Luiz Carlos Haully, afirmou em 04 de março, que os gastos com os servidores do Poder Executivo alcançou, no último quadri-estremestre de 2012, 46,67% da receita corrente líquida do Estado do Paraná. O máximo que pode ser gasto com pessoal do Executivo é 49%. O limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal é de 46,55%. Segundo Haully, o governo está impedido de fazer novas contratações e de conceder reajustes.

Segundo o DIEESE, a expectativa de crescimento da receita de 2013 é maior do que a do ano passado. O próprio Haully garantiu que este “estouro” é transitório.

A mesma lei, que define o limite prudencial, garante a reposição da inflação para os servidores e determina que o governo reduza em 20% os cargos comissionados. E aí, governador, vai demitir ou não vai?

Beto Richa quase dobra gastos com comissionados

Em 2011, quando o governador assumiu, eram 3.938 cargos comissionados no Poder Executivo do Paraná. Este número subiu, em 2012, para 4.281 cargos. Isto significa que um cargo comissionado foi criado a cada dois dias desde o início desta gestão.

Em apenas dois anos, de 2010 a 2012, o gasto com cargos comissionados do governo estadual passou de R\$ 9,2 milhões para R\$ 17,6 milhões, um aumento de 91%.

Os salários dos comissionados também aumentaram. O custo médio por cargo subiu de R\$ 2.339,83, em 2010, para R\$ 4.109,65 em 2012; gerando R\$ 8 milhões a mais nas despesas que entram no cálculo do limite prudencial para gastos com servidores do Executivo, definido pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Governo quer ainda mais comissionados

Agora em fevereiro, com a reforma no secretariado, o governador quer mais 41 cargos comissionados a serem distribuídos entre a Casa Civil, a nova Secretaria de Governo e a Procuradoria Geral do Estado. E outros 69

cargos para os novos Escritórios Regionais. A oposição criticou o “super-projeto” que pretende gerar um custo de R\$ 7,9 milhões em 2013 que entra nos cálculos do limite prudencial do Executivo.

O site oficial do líder da oposição, deputado Tadeu Veneri, noticia que “o governo já havia enviado à ALEP projeto de lei que determinava a criação dos Escritórios Regionais. Por pressão da própria bancada governista, no entanto, o governo retirou a proposta da pauta. No início deste ano o governo enviou à ALEP outro projeto, que criava a Secretaria de Governo. Desta vez, entretanto, a proposta foi travada pois a gestão Richa está impossibilitada de aumentar o gasto com pessoal, uma vez que ultrapassou o limite da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).”

“O governador conseguiu o que parecia impossível. Fez apenas uma maquiagem, uma remodelagem, nos dois projetos que já foram rejeitados e criou um super-projeto. Nunca vi algo parecido antes”, avalia Veneri.

MOBILIZAÇÃO

SEMA não implanta reajuste da GEEE mas chama novos comissionados

Não dá mais para esperar!

A promessa de implantação do reajuste da GEEE já vai entrar no terceiro mês sem ser cumprida.



No Meio Ambiente, os servidores continuam recebendo os defasados valores da gratificação sem o reajuste. Mais de três meses se passaram depois da sanção da lei da GEEE, até agora, nada!

Na SEAB, o que o Secretário prometeu para os servidores da Agricultura na ocasião do fim da greve deles, foi cumprido. A GEEE da SEAB foi reajustada. Só falta acrescentar o reajuste negociado na greve do Sistema SEMA que foi autorizado pela Lei 17.358, de 27 de novembro de 2012.

Beto Richa prioriza comissionados

O então secretário da SEMA garantiu, no dia

05 de fevereiro, que as contratações dos 249 servidores do Meio Ambiente estariam em curso e seriam efetivadas até o fim do mês. Nenhum único novo servidor foi contratado.

Em contrapartida, os 42 novos cargos comissionados do Sistema SEMA já estão trabalhando!!! A um custo de cerca de R\$ 240 mil!!! Isto não influi no limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal? Este valor é praticamente metade dos recursos necessários para reajustar a GEEE de todo o Meio Ambiente!

É de se indignar ou não é?!

DIA DE LUTA PELA GEEE!

Ato Público e Assembleia Geral em Curitiba

Vamos mostrar toda a nossa indignação e denunciar o descaso do governo Beto Bicha com os servidores do Sistema SEMA!

13 de MARÇO

O meio Ambiente continua na UTI!

Todos os servidores do Instituto das Águas, ITCG, SEMA e IAP de Curitiba estão convocados a participar do Ato público e da Assembleia Geral Extraordinária (AGE), no dia 13 de março, às 8h30 (1ª convocação), no pátio da SEMA (Rua Desembargador Motta, 3384).

O sindicato está preparando um café da manhã para deixar os servidores bem alimentados para encarar esta luta. As deliberações da AGE serão levadas para o nosso Encontro Estadual.

Chega de enrolação! Vamos à luta!

VIGÍLIA

Muito barulho em frente à SEMA

Um mês depois da reunião, os servidores do Meio Ambiente ainda não têm perspectiva do tão esperado reajuste. Estão se sentindo enganados! Por isso, vamos voltar à mobilização no dia 13 de março.

Os servidores do Sistema SEMA de Curitiba fizeram vigília no dia 05 de fevereiro esperando uma resposta do Secretário do Meio Ambiente a respeito do não pagamento da GEEE.

Resumindo, falta a autorização do governador. A alegação é que o governo chegou no limite prudencial para os gastos com servidores do Poder Executivo e que por isso, o governador ainda não autorizou a implantação do reajuste.

O SINDISEAB destacou que, no Encontro Estadual em dezembro, as autoridades asseguraram o pagamento no mês de janeiro. E também cobrou o tratamento diferenciado entre os servidores das secretarias de governo: os servidores da SEFA já receberam a GDAF - Gratificação por Desempenho de Atividade Fazendária, sendo que a Lei 17.432 é posterior a da GEEE, com valores bem superiores.

Qual é a data?

O sindicato insistiu na definição de uma data para a implantação do reajuste, pois a base está esperando. O secretário enrolou e não deu data nenhuma. De lá para cá a enrolação continuou.



OS COLEGAS APROVEITARAM A CONCENTRAÇÃO PARA DISTRIBUIR PANFLETOS "MEIO AMBIENTE NA UTI" NOS SEMÁFOROS PRÓXIMOS À SECRETARIA.



MUDANÇA DE DIREÇÃO

Encontro Estadual vai definir os rumos do nosso SINDISEAB

Este é o momento de decisão. O I Encontro Estadual do SINDISEAB marcado para 15 de Março vai definir a nossa campanha salarial e as lutas de 2013. É fundamental a participação de todos os núcleos regionais.

O sindicato vai remeter a pauta para que seja feito amplo debate nos locais de trabalho que serão apresentadas nesse encontro.

Nova diretoria

Neste evento também, o SINDISEAB vai dar início ao processo eleitoral que vai substituir a atual diretoria para os próximos três anos.



Então, agende-se. O Encontro Estadual acontece no dia 15 de março (sexta feira), a partir das 8h30, em Curitiba, no Hotel Condor (Rua Sete de Setembro, 1856 - Fone (41) 3525-1866).

Programação

08h30 às 08h45 – Abertura do Evento
 08h45 às 09h15 – Perspectivas Econômicas das Contas Públicas - DIEESE
 09h15 às 10h00 – Debate
 10h00 às 12h30 – Campanha Salarial de 2013, Pauta de Reivindicações e Plano de Lutas
 12h30 às 13h30 – Almoço
 13h30 às 14h30 – Apresentação e Aprovação das Contas de Janeiro a Dezembro/2012
 14h30 às 15h30 – Processo Eleitoral 2013 a 2016
 15h30 às 16h30 – Assuntos Gerais
 16h30 às 17h00 – Encerramento

Contamos com a presença de todos!

Desafios para 2013

- Campanha Salarial - reajuste salarial na data base
- Implantação do reajuste da GEEE
- Pagamento de horas extras para quem recebe a GEEE
- Concurso público e admissão de concursados para SEAB e SEMA
- Insalubridade e periculosidade (leia na página 07)
- Melhoria das condições de trabalho
- Enquadramento
- SAS - novo modelo
- Saúde do Trabalhador
- ParanaPrevidência
- Auxílios transporte, alimentação e creche para todos
- Transparência dos órgãos públicos

SINDISEAB

- Eleições Sindicais
- Manutenção e ampliação dos coletivos
- Ampliação e fortalecimento da base sindical
- Reuniões periódicas nos locais de trabalho
- Formação
- Reforma do estatuto do SINDISEAB

Servidores da SEFA já recebem gratificação

O governo alega não poder pagar a nossa GEEE, porém os servidores do QPPE da Secretaria de Estado da Fazenda (SEFA) já estão recebendo a GDAF - Gratificação por Desempenho de Atividade Fazendária, que é concedida também servidores alocados e em exercício na Coordenação da Receita do Estado – CRE.

Deixados para trás

A Lei 17.432, que aprovou a GDAF, foi sancionada em 20 de dezembro de 2012, quase um mês depois da sanção da Lei da GEEE, 17.358 - de 27 de novembro do ano passado. Para piorar, a GDAF têm valores muito superiores aos da GEEE. Confira os números:

a) Agente Profissional (3,2 vezes maior):

- * GDAF = R\$ 5.619,84
- * GEEE = R\$ 1.750,00

b) Agente de Execução (2,4 vezes maior):

- * GDAF = R\$ 2.257,22
- * GEEE = R\$ 934,00

c) Agente de Apoio (2,25 vezes maior):

- * GDAF = R\$ 1.477,08
- * GEEE = R\$ 655,00

Sindicato põe o pé na estrada

Em seguida do Encontro Estadual, o SINDISEAB fará uma série de Plenárias Regionais unificadas com o objetivo de debater, organizar e mobilizar os servidores para a Campanha Salarial 2013; e articular a luta pela implantação do reajuste da GEEE. Confira o calendário:

19/03/13 - Elci e Donizetti
 * 08h30 - Cornélio Procópio
 * 13h30 - Londrina
 * 19h00 - Paranavaí

20/03/13 - Elci e Donizetti
 * 08h30 - Maringá
 * 14h00 - Campo Mourão

21/03/13 - Elci e Donizetti
 * 08h30 - Cruzeiro do Oeste
 * 14h00 - Umuarama

22/03/13 - Elci e Donizetti
 * 08h30 - Toledo
 * 14h00 - Cascavel

25/03/13 - Elci e Antonhinho
 * 08h30 - Pato Branco
 * 14h00 - Francisco Beltrão

26/03/13 - Elci
 * 08h30 - Guarapuava
 * 15h00 - Ivaiporã

27/03/13 - Elci
 * 08h30 - União da Vitória
 * 14h30 - Irati

Entre **18/03/13** e **27/03/13** Heitor, Carmem e Ana Márcia conduzem as plenárias do Litoral, Paranaguá, Curitiba e Ponta Grossa. Datas e horários a confirmar.

SAÚDE

Novo Modelo deve ser implantado em 2013

A última informação sobre o novo modelo de saúde de coparticipação - o que mais se aproxima do que o FES defende - é que faltava o estudo atuarial para calcular como ficaria o índice de contribuição do servidor com a inclusão dos dependentes.

O cálculo está pronto e deveria ter sido apresentado ao FES antes do fim do ano, mas a SEAP e o Departamento de Assistência à Saúde (DAS) resolveram apresentar os estudos primeiro para o governador, antes de discuti-los com os servidores. Conforme a última posição do governo, a previsão de implantação desse novo sistema é para 2013. O FES está aguardando o governo agendar uma reunião para dar continuidade às negociações.

Existem duas propostas

1 - Melhorias no SAS - A ideia é constituir uma rede de ambulatórios em cidades-polo do Estado, dobrando o número de hospitais conveniados, que hoje são 15. O governo continuaria a pagar de acordo com o número de vidas. Porém, aumentaria o controle fiscal dos investimentos repassados, através de uma auditoria que faria a fiscalização permanente dos serviços, para evitar fraudes.

2 - Modelo de Coparticipação - Prevê a contribuição dos servidores com percentual da remuneração e a mesma contrapartida do Estado para formação de um Fundo de Saúde. A ideia é contratar um Seguro Saúde para o atendimento mais caro, o intra-hospitalar (urgência, emergência, próteses, órteses, cirurgias, etc). Para o atendimento ambulatorial (consultas e exames), o Estado quer firmar



convênios em todo o Paraná e os servidores entrariam com um percentual de coparticipação.

O FES rejeita a proposta de melhorar o SAS porque o modelo favorece somente aos hospitais, que vão receber valores pelo número de servidores que constam no contrato, tendo efetuado o atendimento ou não. Se ninguém for atendido, o hospital fica com o dinheiro da mesma forma. O Fórum prefere o modelo de coparticipação por ser mais próximo dos princípios que sempre defendeu:

- * descentralização do sistema;
- * pagamento por procedimento realizado;
- * gestão compartilhada;
- * maior aporte dos recursos;
- * instituição de um fundo de saúde;
- * e cobertura de procedimentos de alta complexidade.

Onde reclamar do SAS

A Ouvidoria do SAS é o canal oficial denunciar o mal atendimento. Se tiver dificuldades com agendamentos de consultas, exames, cirurgias, ou outras reclamações, o servidor deve entrar em contato com a Ouvidoria pelo site do SAS ou por telefone. O Coordenador de Saúde do FES, Idemar Beki, acredita que a melhor forma é via internet. "O site gera um número de protocolo pelo qual o servidor pode acompanhar seus trâmites", explica. A Ouvidoria do SAS tem até 07 dias úteis para dar um retorno por telefone ou por email. Se a resposta não for dada no prazo, entre em contato com o sindicato.

Site: www.sas.pr.gov.br.

Clique no botão "Fale Conosco - Registrar Ocorrência" e preencha o formulário. Telefones: (41) 3252-4201 ou (41) 3352-4863.

MEIO AMBIENTE

Conferência Estadual começa a ser preparada

No dia 27 de março, acontece a primeira reunião do Comitê de Organização Estadual (COE) para preparar 4ª Conferência Estadual do Meio Ambiente.

Neste ano, a implementação de Resíduos Sólidos será o tema principal, com o foco:

- (1) na Produção e Consumo Sustentáveis;
- (2) na Redução dos Impactos Ambientais;
- (3) e na Geração de Emprego e Renda.

Além do voto consciente, participar dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente é mais uma forma de exercer a cidadania. Estes espaços democráticos podem e devem ser ocupados pelos cidadãos em todos os municípios do Paraná, principalmente pelos servidores da área. O SINDISEAB estimula que seus associados participem dos conselhos municipais e estaduais.

O que são os Conselhos

São órgãos colegiados de caráter permanente, paritário e deliberativo, com funções de formular estratégias, controlar e fiscalizar a execução da política estadual e municipais. As políticas públicas, na área de atuação, são propostas e deliberadas nestes conselhos. Cada conselho é formado por representantes do governo, dos prestadores

de serviços, dos profissionais da área e dos usuários do sistema. Existem conselhos de Saúde, Educação, Segurança, Meio Ambiente, Tutelar e muitos outros. Há também, os conselhos de instituições, como o da ParanaPrevidência.

Quem pode fazer parte

A representação dos usuários pode ser ocupada por diversos tipos de organizações – associações de moradores, sindicatos, movimentos populares, etc. Participar de um conselho é a forma ideal de apresentar as demandas dos usuários e fazer suas avaliações sobre as políticas públicas desenvolvidas no Estado e municípios.

Conselhos Municipais

Cada município institui seu conselho com estatuto e regimentos próprios. Por isso, as datas das eleições são diferentes em cada um. Cada secretaria divulga as datas referentes à sua área. Se você que participar do Conselho Municipal do Meio Ambiente na sua cidade,

por exemplo, procure a sua Prefeitura Municipal.

Se em sua cidade ainda não existe um Conselho Municipal do Meio Ambiente, procure as autoridades locais para que seja formado. Todos os associados do SINDISEAB podem (e devem) ocupar os espaços de representação dos usuários em tais conselhos.

O que são as Conferências

São fóruns de debate onde são definidas as políticas públicas para a área de atuação do conselho, seja municipal, estadual ou federal. As deliberações das conferências estão estreitamente ligadas à liberação de recursos federais para a área.

Como ser um representante

Se você quer representar os usuários em nome do SINDISEAB, entre em contato o sindicato para a pedir uma "Carta de Apresentação" para fazer a Inscrição de um titular e um suplente. Os processos eleitorais ocorrem periodicamente e em períodos diferentes. Fique de olho quando houver eleições no conselho de seu interesse para se inscrever em tempo hábil.



NOSSOS DIREITOS

Beto Richa quer mudar insalubridade e periculosidade dos servidores

Tramita na Assembleia Legislativa um projeto de lei que transforma os adicionais de insalubridade e periculosidade em “parcela compensatória” (PC), com valores absolutos, independente da função ou cargo do servidor.

O Poder Executivo encaminhou o PL 02/2013 para a ALEP, no dia 06 de fevereiro, sem regime de urgência. Mas dois dias depois (08) o PL já foi para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). A Comissão de Saúde do FES acompanhou as discussões da CCJ no dia 26 de fevereiro.

O projeto de lei não foi discutido com os servidores estaduais que são os maiores interessados. Ao longo de 2012, a Comissão de Saúde do Fórum discutiu com o governo uma política para a promoção e prevenção da saúde dos servidores: o anteprojeto de Lei Saúde do Trabalhador, mas não obteve retorno. O PL 02/2013 trata também de alterações das normas quanto aos acidentes de trabalho, mudanças que não foram discutidas com os servidores.

Regime de urgência

Apesar de constar no site da ALEP como não tendo regime de urgência, o FES constatou que o PL 02/2013 corre em caráter de urgência sim. Isto significa que saindo da CCJ, pode ir direto para votação em plenário.

Diante dos fatos, a pedido do FES, o deputado Péricles de Mello (PT), pediu vistas ao processo. O líder da oposição deputado Tadeu Veneri se comprometeu a intervir junto ao líder do governo, Ademar Traiano, e o FES enviou um ofício à SEAP para que a votação do PL 02/2013 seja suspensa até que o conteúdo seja debatido com os servidores. Sem sucesso.

No dia 05 de março, o PL 02/2013 recebeu parecer favorável da CCJ. Os deputados que votaram contra os interesses dos servidores foram Wilson Quinteiro, Nereu Moura, Pastor Edson Praczyk, Bernardo Ribas Carli, Pedro Lupion, Fernando Scanavaca, Ademar Traiano, Alexandre Curi e Tercílio Turini. Os únicos que defenderam os nossos interesses foram Tadeu Veneri e Péricles de Mello.

Na reunião com a nova secretária da SEAP, Dinorah Nogara, no mesmo dia 05, o FES reiterou a reivindicação para que o PL/0213 seja suspenso. Dinorah disse que tem compromisso com o diálogo e solicitou para sua assessoria verificar a questão.

O SINDISEAB solicitou pareceres jurídicos dos assessores do sindicato. O resultado das discussões da diretoria, das negociações do FES e da votação na ALEP serão apresentados aos sindicalizados no nosso Encontro Estadual do dia 15 de março.



PERDENDO DIREITOS

PL 02/2013 não atende os nossos interesses

Conheça o conteúdo da lei que o governo quer aprovar

A intenção do governo é retirar direitos dos servidores: fiscalização e monitoramento de rios, por exemplo, não serão mais consideradas atividades perigosas.

O projeto de lei diz que as PCs terão “caráter acessório”, não vão contar mais para a aposentadoria. Também serão “transitórias”, ou seja, pagas somente no “período de exercício do cargo e função por exposição a condições especiais de trabalho”. Se servidor se afastar do exercício da função, deixa de receber (a não ser em caso de férias, licença especial, de saúde, etc).

Como no adicional, as PCs não poderão ser cumulativas. Mesmo em caso de exposição a mais de um agente insalubre ou perigoso, o servidor vai receber somente uma: ou de insalubridade; ou de periculosidade. Neste caso receberá a de maior valor. As parcelas compensatórias de insalubridade e de periculosidade serão reajustadas uma vez por ano com o mesmo índice previsto na Lei de Revisão Geral Anual.

Insalubridade

O PL descreve como “atividades ou operações insalubres aquelas que, por sua natureza, métodos ou condições de trabalho, exponham os servidores a agentes nocivos à saúde, acima dos limites de tolerância fixados, em razão da natureza e intensidade do agente e do tempo de exposição aos seus efeitos.” Neste caso, a parcela compensatória terá dois níveis:

- * grau de exposição médio: R\$ 100,00;
- * grau de exposição máximo: R\$ 150,00.

Periculosidade em risco

O valor único deste benefício será de R\$ 300,00, independente da função. A Lei 10.692/1993, que está valendo, considera atividades

ou operações perigosas aquelas que, por sua natureza, condições ou métodos de trabalho, “impliquem no contato permanente com inflamáveis, sistema elétrico de potência, geração, transmissão e medição, radiação ionizante, explosivos, fiscalização, medições, coletas e amostras em rios e reservatórios, medições e monitoramentos em rios e lagos, em condições de risco acentuado.”

O PL 02/2013 retira da descrição de atividades perigosas os termos “fiscalização, medições, coletas e amostras em rios e reservatórios, medições e monitoramentos em rios e lagos, em condições de risco acentuado.” Significa que inúmeros servidores do Sistema SEMA vão perder o benefício.

Os adicionais de insalubridade e periculosidade previstos na Lei 10.692/93 (que será revogada) “serão suprimidos e adequados” aos da nova lei e tais benefícios serão reavaliados num prazo de dois anos após sua promulgação.

Defasagem programada

Se o valor do adicional que o servidor recebe, hoje, for maior do que o previsto para as PCs da nova lei, não haverá redução imediata: vai continuar recebendo, por enquanto, o mesmo valor como uma “vantagem pessoal”, em nome do servidor. Mas a sua parcela compensatória não terá nenhum reajuste nos próximos anos, até que seu valor se iguale ao que os outros servidores estarão recebendo com os reajustes anuais. Também não sofrerá incidência de contribuição previdenciária, pois não será incorporada à aposentadoria.

Tal vantagem pessoal poderá ser imediatamente eliminada por ocasião da reavaliação da perícia. Além disso, se o órgão pericial considerar que o risco é eventual, o servidor também deixa de receber.

APOSENTADOS

Coletivo faz primeira reunião do ano

Após o período de férias, o Coletivo dos Aposentados e Pensionistas do SINDISEAB se reuniu no dia 26 de fevereiro na sede do sindicato.

O COORDENADOR DO COLETIVO JURÍDICO, HEITOR RAYMUNDO, FALOU SOBRE AS AÇÕES PROPOSTAS PELO SINDICATO, ENTRE ELAS, AS DA GEEE DOS APOSENTADOS.

ESCLARECEU AINDA DÚVIDAS SOBRE A PARANAPREVIDÊNCIA.

CHAMOU TAMBÉM OS APOSENTADOS A PARTICIPAR DE TODAS AS LUTAS DO SINDISEAB.



APÓS A CONVERSA, O PESSOAL SABOREOU UM CAFÉ E SE DIVERTIU COM O BINGO.

CADA PARTICIPANTE TROUXE UM BRINDE PARA PRESENTEAR OS GANHADORES.

A PRÓXIMA REUNIÃO ACONTECE NO DIA 26 DE MARÇO, ÀS 14 HORAS, NA SEDE DO SINDICATO.

PARTICIPE!

Jurídico

Novos servidores da SEAB ganham GEEE na Justiça

Sete associados foram beneficiados pela decisão judicial da Ação Ordinária (44.350/11), impetrada pelo SINDISEAB. Os servidores, que foram admitidos na SEAB após 2002, requisitaram a incorporação em caráter definitivo da Gratificação pelo Exercício de Encargos Especiais (GEEE) aos seus vencimentos.

O juiz Roger Vinicius Pires de Camargo Oliveira, da 3ª Vara da Fazenda Pública, condenou o Estado do Paraná a, não só, implantar a GEEE para os novos servidores; mas também a pagar os valores não pagos nos últimos cinco anos. Com juros e correção monetária.

A decisão é em 1ª instância. O Estado

provavelmente vai entrar com recurso. O entendimento, todavia, da assessoria jurídica do SINDISEAB, é de que esta sentença deve ser mantida.

Um segundo grupo de associados do sindicato já teve a ação proposta e aguardamos novas boas notícias sobre o tema.